

# PROJETO PEDAGÓGICO

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	
RAZÃO SOCIAL:	CURSOS VIRTUAIS LTDA
NOME FANTASIA:	CURSOSVIRTUAIS.NET
CNPJ:	08.179.401/0001-62
REGISTRO ABED:	7734 - CATEGORIA INSTITUCIONAL

CURSO	
NOME:	FUNDAMENTOS DO DIREITO
MODALIDADE:	CAPACITAÇÃO LIVRE OFERTA - EAD

**Metodologia:** O conteúdo do curso é disponibilizado ao aluno para estudo online em uma interface diagramada de fácil navegação chamada de Sala de Aula Virtual. O acesso ao material é bastante intuitivo e proporciona uma experiência de interatividade no processo de aprendizagem a distância. O curso conta com a realização de atividade avaliativa ao término de cada aula/módulo e também realização de avaliação final.

**Sincronicidade:** O curso é caracterizado como síncrono, a partir do momento da matrícula, com a indicação por parte do aluno, da data que iniciará, tendo em vista que passa a ter data de início e término definidas. As aulas/módulos de estudo são disponibilizados de forma gradual, sendo necessário que o aluno complete os estudos de um módulo para prosseguir para o módulo seguinte no período de estudos programado.

**Tutoria e Formas de Interação:** Os alunos recebem suporte de uma tutoria especificamente designada. A interação é realizada por meio do sistema de Sala de Aula Virtual. A tutoria consiste na assistência didática, compartilhamento de informações, troca de experiências visando o melhor aproveitamento dos conteúdos estudados.

**Avaliação final/Certificação:** A avaliação final é quantitativa. A geração do certificado é condicionada à verificação de aproveitamento mínimo de 70% (setenta por cento) nas atividades da avaliação final. O curso conta com ferramenta de avaliação de conteúdo (aprendizagem) correspondente à carga horária certificada.

**Organização curricular:** O curso apresenta organização curricular elaborada a partir de projetos pedagógicos específicos por uma equipe pedagógica multidisciplinar, que acompanha toda a concepção dos conteúdos.

**Tecnologia de EAD/e-learning:** Após a elaboração dos conteúdos é realizada a migração para a Sala de Aula Virtual, que é um ambiente de aprendizagem online otimizado para EAD.

**Materiais Didáticos:** O conteúdo programático é lastreado em materiais didáticos atualizados. Dentre as ferramentas de aprendizagem além do material de estudo estão a avaliação final, grupo de estudos com o tutor/professor e sistema de anotações sobre o curso.

**Interação e Suporte Administrativo:** O curso conta – além do suporte de tutoria - com uma infraestrutura de apoio que prevê a interação entre alunos e professores/tutores; e alunos e equipe de apoio administrativo. Essa interação é garantida por meios eletrônicos e/ou por meio telefônico, conforme o caso. A Sala de Aula Virtual utilizada pela CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma plataforma proprietária, desenvolvida e atualizada permanentemente.

**Sobre a Instituição de Ensino:** A CURSOS VIRTUAIS LTDA é uma escola de educação à distância. Iniciamos nossas atividades em 2006 e contamos com mais de 500 mil alunos matriculados em diversos cursos. Além disso, somos associados da ABED - Associação Brasileira de Educação a Distância. Legalmente constituída inscrita no CNPJ 08.179.401/0001-62, atua com a idoneidade e credibilidade auxiliando diversos órgãos públicos e empresas privadas, além de milhares de profissionais, servidores públicos, estudantes e professores de todo o país.

## ESTRUTURA DO CURSO - COMPONENTES CURRICULARES

**NOME DA CAPACITAÇÃO:** Fundamentos do Direito

**OBJETIVO DE APRENDIZAGEM:** Proporcionar ao aluno uma visão abrangente sobre os temas do conteúdo programático. Melhorar as competências específicas do curso e desenvolver habilidades de pensamento crítico e analítico acerca do tema estudado.

### **ATIVIDADES/AULAS:**

- 1) O Direito
- 2) Direito constitucional
- 3) Direito civil
- 4) Direito do trabalho
- 5) Direito administrativo
- 6) Direito empresarial
- 7) Direito do consumidor
- 8) Direito tributário

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DETALHADO:**

O que é Direito  
O direito e a moral  
Teoria do mínimo ético  
Teoria dos círculos secantes  
Teoria dos círculos independentes  
Teoria tridimensional  
Divisão do Direito  
Direito natural e direito positivo  
Direito Objetivo e Direito Subjetivo  
O Direito Público e o Direito Privado  
Fontes do direito e os meios de integração da norma jurídica.  
Legislação  
Costume  
Jurisprudência  
Princípios gerais do direito  
Doutrina  
Analogia  
Equidade  
As Constituições Brasileiras  
A Formação da Constituição  
As Constituições Federais  
Constituição Federal de 1824  
Constituição Federal de 1891  
Constituição Federal de 1934  
Constituição Federal de 1937  
Constituição Federal de 1946  
Constituição Federal de 1967  
Constituição Federal de 1988  
Noções Gerais do Direito Constitucional  
Conceito  
Natureza Jurídica  
Funções  
Objeto  
Classificação  
Quanto ao conteúdo  
Quanto à forma  
Quanto ao modo de elaboração  
Quanto à origem  
Quanto à estabilidade  
Quanto à extensão e finalidade

Elementos da Constituição

A Aplicabilidade e Eficácia das Normas Constitucionais

Eficácia Plena

Eficácia Contida

Eficácia Limitada

A Constituição Federal de 1988 - a Organização do Estado

A Federação

A União

O Distrito Federal

O Estado

O Município

A Constituição Federal de 1988 - os Direitos e Garantias Fundamentais

Dimensões dos direitos fundamentais

Garantias Fundamentais

Titularidade dos direitos fundamentais

Eficácia horizontal e vertical dos direitos fundamentais

O conceito de Direito Civil

Princípios do Direito Civil

Dos Negócios Jurídicos

Conceito

Classificação

Dos Planos do Negócio Jurídico

Plano da Existência

Plano da Validade

Invalidade do Negócio Jurídico

Plano da Eficácia

Os Defeitos

Erro ou Ignorância

Dolo

Coação

Lesão

Estado de Perigo

O Ato Ilícito e suas Repercussões

A Responsabilidade Civil

Pressupostos da Responsabilidade Civil

Espécies de Responsabilidade Civil

Responsabilidade Contratual ou Extracontratual

Responsabilidade Subjetiva e Objetiva

A Prescrição e a Decadência

Prescrição

Decadência

Características

Efeitos Jurídicos

O conceito de Direito do Trabalho

A Revolução Industrial

A Evolução Histórica do Direito do Trabalho

A Evolução Histórica do Direito do Trabalho no Brasil

Princípios do Direito do Trabalho

Princípio da Proteção

Princípio in dubio pro operário / misero

Princípio da Norma mais Favorável

Princípio da Condição mais Benéfica

Princípio da Irrenunciabilidade de Direitos

Princípio da Continuidade da Relação de Emprego

Princípio da Primazia da Realidade

Princípio da Inalterabilidade Contratual

Princípio da Intangibilidade Salarial

O Contrato de Trabalho e a Relação de Emprego

Conceito

Partes do Contrato de Trabalho

Empregado

Empregador  
Características  
Classificação  
Contrato Expresso  
Contrato Tácito  
Contrato por Prazo Indeterminado  
Contrato por Prazo Determinado  
Contrato por Safra  
Contrato de Atleta Profissional  
Contrato de Aprendizagem  
Contrato por Obra Certa  
Contrato Temporário  
A Jornada de Trabalho  
Acordo de Prorrogação de Horas  
Compensação da Jornada de Trabalho  
Turno Ininterrupto de Revezamento  
Horas in itinere e sobreaviso  
Intervalo Intra jornada e Interjornada  
Adicional Horas Extras e Adicional Noturno  
Descanso Semanal Remunerado  
Férias  
Da Concessão das Férias  
Duração das Férias  
Perda das Férias  
Remuneração as férias  
Abono  
Férias Proporcionais  
Salário e Remuneração  
Formas de Salário  
Meios de Pagamento  
Utilidades Não Salariais  
Tipos de Salário  
Morfologia do Salário  
Proteção do Salário  
Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho  
Alteração do Contrato de Trabalho  
Ius Variandi  
Transferência  
Suspensão  
Interrupção  
A Extinção do Contrato de Trabalho  
Dispensa Sem Justa Causa  
Dispensa Com Justa Causa  
Dispensa Indireta  
Estabilidade  
Aviso Prévio  
O conceito de Direito Administrativo  
Princípios do Direito Administrativo  
Princípios Expressos  
Princípio da Legalidade  
Princípio da Impessoalidade  
Princípio da Moralidade  
Princípio da Publicidade  
Princípio da Eficiência  
Princípios Reconhecidos  
Princípio da Supremacia do Interesse Público  
Princípio da Autotutela  
Princípio da Indisponibilidade  
Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos  
Princípio da Segurança Jurídica  
Princípio da Razoabilidade

Princípio da Proporcionalidade  
Órgãos da Administração Pública Brasileira  
Classificação dos Órgãos Públicos  
Quanto a Posição Hierárquica  
Quanto a Estrutura  
Quanto a Atuação Funcional  
Agentes Públicos  
Personalidade Estatal  
Atos Administrativos  
Espécies de Atos Administrativos  
Atributos do Ato Administrativo  
Classificação dos Atos Administrativos  
Extinção dos Atos Administrativos  
Licitação no Ordenamento Jurídico Brasileiro  
Princípios da Licitação  
Princípio da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público  
Princípio da Legalidade  
Princípio da Moralidade  
Princípios da Impessoalidade e da Igualdade  
Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade  
Princípios da Motivação e da Publicidade  
Princípios da Economicidade e Eficiência  
Princípios da Probidade Administrativa, da Vinculação ao Instrumento Convocatório e do Julgamento  
Objetivo  
Espécies de Licitação  
Concorrência  
Tomada de Preços  
Convite  
Concurso  
Leilão  
Pregão  
Consulta  
Limites  
Dispensa e Inexigível a Licitação  
O conceito de Empresa  
O Empresário  
Individual  
Não Empresários  
Empresário Rural  
Pequeno Empresário  
Das Sociedades  
Sociedade Limitada Unipessoal  
Sociedade Limitada  
Sociedade Por Ações  
Estatuto Social  
Ações  
Administração da Sociedade  
Assembleia Geral  
Conselho de Administração  
Diretoria  
Conselho Fiscal  
Dissolução  
Recuperação  
Recuperação Extrajudicial  
Recuperação Judicial  
Recuperação Especial  
Falência  
Dispositivos Aplicáveis a Recuperação e a Falência  
A sociedade de consumo e as relações jurídicas  
Elementos da relação de consumo (O conceito de consumidor e fornecedor)  
Sujeitos da relação de consumo

Objeto da relação de consumo  
Direitos básicos do consumidor  
Práticas comerciais  
A defesa do consumidor em juízo (noções de processo relativo à relação de consumo)  
O conceito de Direito Tributário  
Sistema Tributário Nacional  
Noções Gerais  
Arrecadação da Receita Pública  
Receita Originária  
Receita Derivada  
Leis de Responsabilidade Fiscal  
Receita Pública  
Despesa Pública  
Orçamento Público  
Dívida Pública  
Preços Administrativos  
Tributo  
Espécies de Tributo  
Tributos Não Vinculados  
Tributos Vinculados  
Taxas  
Contribuição de Melhoria  
Contribuições Especiais  
Contribuições Sociais  
Contribuições de Intervenção no domínio econômico  
Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas  
Empréstimo Compulsório  
Tributos Diretos e Indiretos  
Tributos Diretos  
Tributos Indiretos  
Competências Tributária  
Elementos do Tributo  
Fato Gerador  
Base de Cálculo e Alíquota  
Obrigação Tributária  
Obrigação Principal e Acessória  
Sujeitos  
Crédito Tributário  
Lançamento Tributário  
Direto ou de Ofício  
Direito Tributário  
O conceito de Direito Tributário  
Sistema Tributário Nacional  
Noções Gerais  
Arrecadação da Receita Pública  
Receita Originária  
Receita Derivada  
Leis de Responsabilidade Fiscal  
Receita Pública  
Despesa Pública  
Orçamento Público  
Dívida Pública  
Preços Administrativos  
Tributo  
Espécies de Tributo  
Tributos Não Vinculados  
Tributos Vinculados  
Taxas  
Contribuição de Melhoria  
Contribuições Especiais  
Contribuições Sociais

Contribuições de Intervenção no domínio econômico  
Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas  
Empréstimo Compulsório  
Tributos Diretos e Indiretos  
Tributos Diretos  
Tributos Indiretos  
Competências Tributárias  
Elementos do Tributo  
Fato Gerador  
Base de Cálculo e Alíquota  
Obrigação Tributária  
Obrigação Principal e Acessória  
Sujeitos  
Crédito Tributário  
Lançamento Tributário  
Direto ou de Ofício  
Por homologação ou autolancamento  
Por arbitragem da autoridade administrativa  
Extinção, Suspensão e Modificação do Crédito Tributário  
Extinção  
Suspensão  
Exclusão  
Princípios Fundamentais  
Princípio da Legalidade (Artigo 150, I, CF)  
Princípio da Anterioridade (Art. 150, III, "b", CF/88)  
Princípio da Irretroatividade (Art. 150, III, "a", CF)  
Princípio da Igualdade ou Isonomia Tributária (Art. 150, II, CF/88)  
Princípio da Vedação ao Confisco (Art. 150, IV, CF/88)  
Princípio da Liberdade de Tráfego (Art. 150, V, CF/88)  
Princípio da Uniformidade Geográfica (Art. 151, I, CF/88)  
Princípio da Capacidade Contributiva (Art. 145, §1º, CF/88)  
Princípio da Vinculabilidade da Tributação  
Princípio da Transparência dos Impostos ou da Transparência Fiscal  
Princípio da não Cumulatividade (Arts. 155, §2º, I; art. 153, §3º, II,; art. 154, I, CF/88)  
Princípio da Seletividade (Art. 153, §3º, CF)  
Princípio da não Diferenciação Tributária (Art. 152, CF/88)  
Princípio da Tipicidade  
Princípio da Imunidade (Art. 150, VI, "a", CF)  
Os Tributos de Competência da União, Estado e Município  
Compete a União  
Compete ao Estado  
Compete ao Município